

AÇÚCAR, FARINHA E ESCRAVIDÃO: O ATLÂNTICO E A HISTÓRIA AGRÁRIA DE SERGIPE DEL REI NA ASCENSÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA

Carlos de Oliveira Malaquias

Professor da Pós-graduação em História (PROHIS-UFS)

Departamento de História (DHI-UFS)

carlos.malaquias@hotmail.com

Éden Filipe Santos Vieira

Mestrando em História

Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS)

edenitabi@hotmail.com

Ana Cláudia Pereira

Bolsista de Iniciação Científica

Graduanda em História - UFS

anaklaudiapereira@gmail.com

Resumo: O artigo apresenta um breve painel da evolução agrária da capitania de Sergipe na virada do século XVIII para o XIX, momento da expansão da lavoura canavieira e dos engenhos de açúcar. Usando fontes históricas como listas de plantadores e inventários *post-mortem*, mostramos como as atividades produtivas se distribuíam no espaço da capitania e como o trabalho escravo era distribuído e acessado pelos produtores. Nossos resultados indicam que o surgimento tardio do açúcar em fins do Setecentos insere a capitania de Sergipe na economia atlântica, acompanhando o contexto mais amplo de renascimento da agricultura comercial na América Portuguesa. Todavia, esse processo foi condicionado pela evolução agrária anterior, que influenciou nas formas de ocupação das terras, de abastecimento alimentar e de arregimentação da mão de obra.

Palavras-chave: Lavoura canavieira. Açúcar. História Agrária. Escravidão.

SUGAR, FLOUR AND SLAVERY: ATLANTIC AND THE AGRARIAN HISTORY OF SERGIPE DEL REI IN THE ASCENSION OF CULTIVATION OF SUGARCANE

Carlos de Oliveira Malaquias

Professor da Pós-graduação em História (PROHIS-UFS)

Departamento de História (DHI-UFS)

carlos.malaquias@hotmail.com

Éden Filipe Santos Vieira

Mestrando em História

Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS)

edenitabi@hotmail.com

Ana Cláudia Pereira

Bolsista de Iniciação Científica

Graduanda em História - UFS

anaklaudiapereira@gmail.com

Abstract: In this article, we investigate the “Capitania de Sergipe” under the context of expanding sugar plantations and sugar mills during the late 18th and early 19th centuries. Using historical data extracted from lists of planters and probate records, we map the distribution of productive activities in space and show how producers accessed slave labor. Our results indicate that the emergence of sugarcane in the late 18th century inserts Sergipe into the wider Atlantic economy, but that the region's agrarian background also bound this process to previous patterns of local land use, food provisioning and features of labor supply.

Key words: Sugarcane. Sugar Mills. Agrarian History. Slavery.

Este artigo apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa sobre riqueza e escravidão em Sergipe Del Rey desenvolvido há dois anos na Universidade Federal de Sergipe. Mesmo tendo consultado a documentação tradicionalmente visitada pela historiografia e analisado exaustivamente todo o acervo de inventários da região entre 1800 e 1822, o sentido geral deste artigo ainda é de levantar problemas e sugerir os próximos encaminhamentos do trabalho. Mas, com o esforço empreendido até aqui e o diálogo com a historiografia mais recente sobre Sergipe,¹ somos capazes de apresentar aspectos da evolução agrária da capitania que justificam a comunicação desses resultados ainda parciais.

O primeiro ponto que desejamos demonstrar nesse artigo é que a ascensão da economia açucareira em Sergipe ocorreu ligada, em mais de um laço estrutural, ao Mundo Atlântico na passagem do século XVIII para o XIX. A expansão do açúcar em Sergipe ocorreu no âmbito do Reformismo Ilustrado português, atendendo a mercados atlânticos e respondendo à reconfiguração da oferta mundial do produto em fins do século XVIII, com a concomitante expansão do consumo na Europa e saída do principal produtor americano, a ilha de São Domingos. Outro aspecto dessa história atlântica é que o *revival* da agricultura de exportação no Brasil provocou nova ascensão do tráfico de escravos e estimulou a abertura de novas zonas de exportação na África, modificando a demografia dos desembarques e os padrões de miscigenação étnica nas margens americanas do oceano.

O segundo ponto que defendemos neste artigo é que a formação da economia canavieira em Sergipe foi profundamente condicionada pelos padrões agrários tradicionais da região. O açúcar em Sergipe foi tardio e, por isso, conviveu e competiu com atividades secularmente instaladas, como o pecuária e a lavoura de mandioca. Essa peculiaridade tem três importantes consequências. Em primeiro lugar, as condições ecológicas da capitania propiciaram uma regionalização agrária que dividiram, não sem disputas, as terras ocupadas pela cana e aquelas destinadas ao gado e à lavoura de alimentos. Por mais conflituosa que essa especialização regional tenha sido, ela demonstrou-se capaz de gerar internamente alimentos e força motriz para os engenhos, sustentando a expansão açucareira. Em segundo lugar, e a despeito do mercado interno, mais da metade dos senhores de engenho em Sergipe criava gado e/ou cultivava mandioca no começo do século XIX. É possível que, com esse comportamento, estivessem

¹ Bons trabalho têm revisitado a evolução agrária de Sergipe do período colonial e foram referências nos nossos estudos. Entre eles, se destacam a síntese de PASSOS SUBRINHO (2000, p. 49-74) sobre a expansão territorial da agro-indústria açucareira em Sergipe; a análise da ocupação do espaço agrário sergipano feita por SANTANA SANTOS (2011, p. 56-90); o perfil das atividades econômicas das Vilas sergipanas traçado por CUNHA DOS SANTOS (2014, p. 40-108); o estudo da reestruturação da capitania feito por SIQUEIRA (2016, p. 39-76); e a análise sobre a riqueza e distinção social na cidade de São Cristóvão feito por PEREIRA DOS SANTOS (2017).

reproduzindo característica que guardavam de sua origem como fazendeiros ou se prevenindo das fases de escassez esporádica de alimentos. Em terceiro lugar, sendo uma região de origem agrária e voltada ao abastecimento, a economia de Sergipe gerava menos capital e estava subordinada à praça mercantil de Salvador. Boa parte da produção alimentar era destinada ao Recôncavo e a administração soteropolitana era muito preocupada com o estado da lavoura na capitania de Sergipe para evitar carestias. Mas boa parte da precedência que os comerciantes da Cidade da Bahia tinham sobre os produtores sergipanos derivava do fato de que Sergipe não possuía um porto atlântico, dependendo, para escoamento da sua produção de açúcar, dos comerciantes de Salvador.

Assim, a instalação da lavoura canavieira em Sergipe teve de obedecer a condições particulares de organização produtiva, financiamento e comercialização. Isto, por sua vez, teve suas próprias consequências: como, por exemplo, a reprodução de padrões tradicionais da tecnologia dos engenhos e a relativa dificuldade no acesso ao tráfico escravista, sendo mais comum a reprodução interna dos trabalhadores macípios.

Essas são as linhas gerais deste artigo que se desenvolverá em quatro breves seções nas quais discutiremos, na primeira, a inserção de Sergipe na economia Atlântica no final do século XVIII e os efeitos dessa ligação sobre sua estrutura agrária. Além da bibliografia, nessa parte inicial, nos valem dos conhecidos e bastante utilizados “Mapas dos Plantadores de Mandioca...”. Na segunda seção, discutimos a regionalização econômica do espaço sergipano no começo do XIX a partir da descrição de lavouras e de rebanhos nos processos de inventariação de bens entre 1800 e 1822. As seções seguintes são dedicadas à escravidão e sustentam-se nas mesmas fontes. Na terceira seção mostramos a distribuição e o acesso dos produtores sergipanos ao trabalho escravo, enquanto na quarta e última analisamos a composição da mão de obra escrava com especial atenção para suas origens.

Açúcar, um cultivo Atlântico

Como é bastante conhecida, a cana de açúcar é um cultivo oriental que se difundiu progressivamente para o oeste graças a muçulmanos e cristãos (SCHWARTZ, 1988, p. 21 e ss.). Depois de colonizar as ilhas do Mediterrâneo e franjas do litoral sul da Europa e norte da África, o cultivo da cana e a produção de açúcar chegou ao Atlântico pelas mãos dos portugueses, a princípio nas ilhas de Cabo Verde e São Thomé. Na América, as primeiras regiões onde o cultivo da cana e a produção de açúcar se desenvolveu foram a Nova Lusitânia (atual estado de

Pernambuco - Brasil) e o Recôncavo no entorno da Baía de Todos os Santos (no atual estado da Bahia - Brasil) ainda no século XVI. Essas regiões podem ser enquadradas na ideia de “economia complementar” à do Reino de Portugal, produzindo a cara e demandada especiaria da qual os comerciantes portugueses terão quase que o monopólio por um século e ligando América e Europa pelo laço do comércio atlântico. (PRADO JR., 2000, p. 14-19 e 129 ss.)

Com a substituição do trabalho indígena pela escravidão africana, açúcar e o tráfico negreiro tornaram-se tão unidos que, depois do domínio holandês sobre a região açucareira de Pernambuco, a Cia. das Índias Ocidentais investiu sobre Angola para garantir o fornecimento adequado e contínuo de trabalhadores para os engenhos (ALENCASTRO, 2000, p. 209). Ao abandonar a América Lusa, a Cia. das Índias difundiu o conhecimento acumulado e as técnicas de produção do açúcar nas ilhas holandesas, francesas, inglesas e espanholas do Caribe. Nelas, a lavoura da cana e a produção de açúcar alcançaram um novo nível com a concentração ainda maior de capitais e trabalho escravo no engenhos (SCHWARTZ, 1988, p. 157 e ss.).

Porém, o fim do século XVIII foi um momento particularmente propício para a expansão do açúcar no mundo ibero-americano. Por um lado, as reformas ilustradas das monarquias ibéricas, visavam incentivar a produção de artigos tropicais para o mercado europeu. Por outro, a partir de 1790 os maiores concorrentes do açúcar brasileiro enfrentavam sérias dificuldades com a eclosão da revolta de escravos na colônia francesa de São Domingos e as Guerras Napoleônicas que embaraçavam a produção das ilhas britânicas. Ao mesmo tempo, o consumo de açúcar crescia na Europa, cada vez mais industrializada e urbanizada. Nessa fase, a ilha espanhola de Cuba voltou-se fortemente para o açúcar e redefiniu o mercado mundial do produto no século XIX (TOMICH, 2011, p. 151-162). No Brasil, no âmbito do que ficou conhecido como Renascimento Agrário, ocorreu a recuperação da produção açucareira nas tradicionais regiões da Bahia e Pernambuco e, o que nos interessa mais de perto, sua expansão em novas áreas como Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, Paraíba e Sergipe (ARRUDA, p. 125-154 e 612-621).

Quadro 1- Comércio internacional de açúcar em 1760 e 1791 e produção mundial em 1815-19 e 1838-40

Zonas Produtoras	1760		1791		1815-1819*		1838-1842*	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Colônias francesas	80.646	39,3	97.421	36,9	39.279	10,7	84.414	13,1
Colônias inglesas	70.593	34,4	106.193	40,2	173.822	47,4	160.046	24,8
Brasil	34.000	16,6	21.000	7,9	75.000	20,4	82.000	12,7

Colônias holandesas	10.070	4,9	13.500	5,1	8.140	2,2	64.256	10,0
Cuba	5.550	2,7	16.731	6,3	44.734	12,2	150.603	23,4
Colônias dinamarquesas	4.535	2,2	9.429	3,6	26.000	7,1	9.000	1,4
Estados Unidos							51.712	8,0
França (açúcar de beterraba)							30.536	4,7
Alemanha (açúcar de beterraba)							11.688	1,8
Total	205.344	100,0	264.324	100,0	366.975	100,0	644.255	100,0

* média

Fonte: FRAGINALS, 1988, vol. 1, p. 37-38, e vol. 2, p. 170 e 233. Apud dados compilados em GODOY, 2007, p. 30.

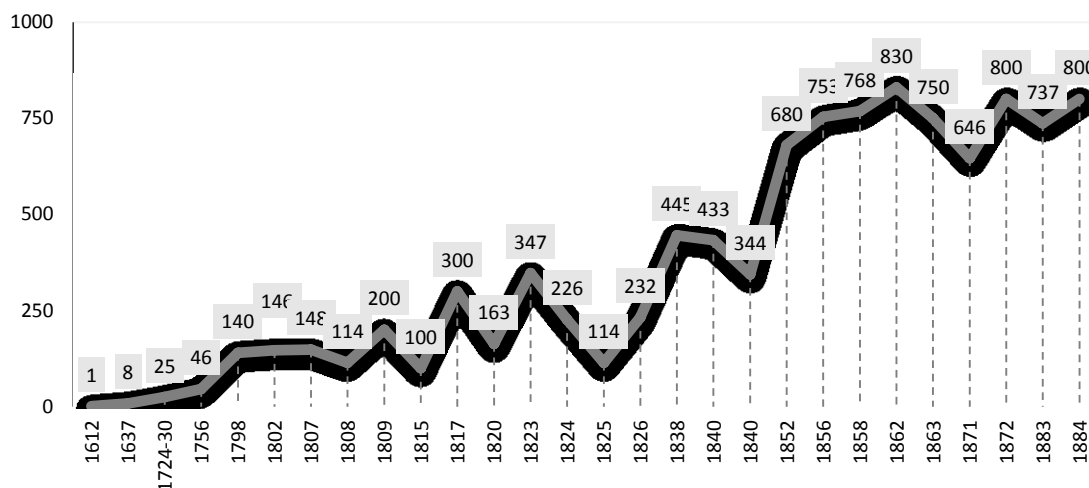
O século XIX foi o século do açúcar cubano, que atendia ao maior mercado mundial do produto, os Estados Unidos da América. A produção na ilha de Cuba se renovou tecnicamente através do uso da caldeira, das moendas mecânicas e da ferrovia. Mas, embora os ganhos em produtividade tenham sido enormes, a absorção de mão de obra escrava não diminuiu até o fim do tráfico na década de 1860 (TOMICH, 2011, p. 151-162). Junto com a enorme produção açucareira cubana, a produção europeia de açúcar de beterraba teriam sepultado a capacidade brasileira de exportação de açúcar e desencadeado a crise que desestruturou a lavoura canavieira no século XIX (MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 339-383).

Algumas décadas antes da ascensão do açúcar cubano, foram os produtores brasileiros quem mais se aproveitaram da retirada de São Domingos do mercado mundial. No Brasil, o número de engenhos se ampliou nas zonas tradicionais e novas regiões ingressaram no cultivo da cana e produção do açúcar. O Rio de Janeiro já conhecia a cana de açúcar desde o século XVI, mas era uma produção marginal, voltada para a produção de cachaça usada no tráfico africano. No século XVIII, no entanto, extensas áreas anteriormente dedicadas à pecuária passaram a se converter em zonas de agricultura de cana e produção de açúcar. Os investimentos eram de origem interna, de antigos criadores e de comerciantes (FARIA, 1998, p. 27-32; FRAGOSO, 2010, p. 37-43). Já em São Paulo, apesar da efêmera experiência de São Vicente, o cultivo da cana também se expandiu no século XVIII, introduzindo com vigor a escravidão africana na capitania. Assim como no Rio de Janeiro, em São Paulo foram capitais internos os responsáveis por financiar a lavoura da cana e montagem dos engenhos, com destaque para comerciantes de gado e arrematantes de impostos (PETRONE, 1968).

Nas comarcas do Norte, como Paraíba, Alagoas e Sergipe, o cultivo da cana e a construção de engenhos também foi tardia, não obstante se pudessem contar um ou outro

engenho antes de 1750. Essas regiões tinham a característica comum de não negociar diretamente o açúcar produzido com os mercados europeus, pois não tinham portos atlânticos. Paraíba e Alagoas dependiam do porto de Recife, em Pernambuco, enquanto Sergipe era subordinada ao porto de Salvador da Bahia (ARRUDA, 1980, p. 125-154).

Gráfico 1- Evolução do número de engenhos em Sergipe



Fonte: MOTT, 1986, p. 145-146, a partir de documentação diversa.

As fontes que informam sobre o crescimento dos engenhos em Sergipe não são de todo confiáveis. As variações são muito bruscas entre um documento e outro o que nos sugere que nem todo equipamento que um burocrata, censor ou observador considerou um engenho foi considerado da mesma forma pelo seguinte. De qualquer maneira, a tendência é notadamente de expansão a partir de fins do século XVIII – uma expansão que se acelera no segundo quartel do século XIX e chega ao seu ápice na década de 1850, quando as contagens sugerem algo entre sete ou oito centenas de engenhos na província.

O aumento do número de engenhos é o melhor índice disponível para visualizarmos o crescimento da lavoura canavieira e da agroindústria do açúcar em Sergipe. É significativo que esse crescimento ocorra justamente na fase de crise da produção açucareira no Brasil, quando a concorrência do produto cubano e do açúcar de beterraba europeu reduz os preços e os mercados internacionais para o açúcar brasileiro. O que está por trás desse crescimento econômico de Sergipe, como hipótese a ser futuramente testada, é a possibilidade de transferir custos para o mercado interno, especialmente através do acesso à alimentos, gado e transporte baratos, além da

reprodução de uma estrutura técnica tradicional, com engenhos relativamente de baixo custo de montagem.²

A lavoura canavieira e a produção de açúcar em Sergipe, e nas áreas de expansão tardia do produto no nordeste, como Alagoas e Paraíba, manteve as técnicas tradicionais vigentes de produção e esteou-se no trabalho escravo até os últimos momentos da legalidade da escravidão no Brasil. Era uma agro manufatura arcaica que sofreu inúmeras dificuldades para se modernizar e teve na abolição quase um golpe fatal (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 203-208). No entanto, essa estrutura obsoleta foi a base da expansão açucareira no século XIX. Justamente por serem simples, tratavam-se de equipamentos e técnicas conhecidas, de produção amplamente dominada pelos artífices locais, embora incapaz de competir com a produtividade cubana (SCHWARTZ, 1988, p. 116-121 e 350-351).

Nas regiões de instalação tardia da lavoura canavieira, a cana e o açúcar chegaram depois da existência de sistemas agrários de subsistência e de currais de criação de gado, ambos imprescindíveis para a redução de custos do complexo açucareiro. Um dos sinais mais claros da expansão da cana de açúcar sobre regiões produtoras de alimentos é o temor da administração portuguesa de que a competição entre cultivos de exportação e de abastecimento resultasse na diminuição dos últimos. Na medida em que o gado e a farinha eram artigos essenciais para o abastecimento das cidades e dos engenhos, sua carência preocupava os agentes do governo. A administração colonial tinha em primeiro plano manter o fluxo contínuo de víveres para as áreas urbanas, evitando a carestia e, no seu limite, a fome, potencialmente explosivas para a ordem social (SILVA, 1990; SILVA, 2008). Sergipe del Rei era essencial, na visão da administração portuguesa, para o abastecimento de Salvador e existem testemunhos de época mostrando a preocupação de que o crescimento da cana pudesse reduzir a produção de farinha. A relação de engenhos, fazendas de cana e sítios de farinha realizada em 1785 é exemplo disso.³ Uma espécie de censo agrário, esse documento buscava mensurar a capacidade produtiva sergipana e instrumentalizar as autoridades em Salvador do conhecimento necessário para agir sobre o mercado, evitando crises de abastecimento e convulsões sociais. Esses “Mapas” abrangem os distritos da Cidade de São Cristóvão, de N. Sra. do Socorro do Cotinguiba, N. Sra. do Socorro do Cotinguiba/ Sertão de baixo, Ribeira do Vasa-Barris e Vila Real de Santa Luzia. São listadas 1.102 unidades produtivas e um contingente de 3.337 escravos.

² Ainda não se dispõe de uma série consistente de preços e salários que possa referendar essa hipótese, nem de estudos mais aprofundados sobre a tecnologia dos engenhos em Sergipe, embora a historiografia ateste seu baixo nível técnico e dificuldade de modernização (ALMEIDA, 1993).

³ Esse documento, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Colonial, Maços 191, Doc. 14 e Maço 192, Doc. 15, já foi trabalhado por SCHWARTZ (1988; 2001), NUNES (1989) e MOTT (1985).

Tabela 1- Número médio de escravos e covas de mandioca plantadas na Comarca de Sergipe del Rei, 1785-86

Tipo de unidade produtiva	N	Média de escravos de serviço	Número de covas de mandioca plantadas
Engenhos	31	25,97	22 mil
Lavradores de cana	74	5,72	97,6 mil
Plantadores de mandioca	912	2,69	1.867.895

Fonte: Mapa dos plantadores de mandioca. APEB, Salvador-BA

As unidades que plantavam mandioca dominavam o cenário agrário sergipano, somando 912 registros que cultivavam um total de 1.867.895 de covas da planta. Não mais do que 6 engenhos tinham produção de mandioca, enquanto 45 lavradores de cana também plantavam o produto. Essas informações mostram sugerem uma precoce especialização entre senhores de engenho, lavradores de cana e plantadores de mandioca. A produção agropecuária descrita nos inventários dos começos do século XIX, como notaremos na seção seguinte, indica que a especialização também ocorria no espaço.

A produção agrária regional em Sergipe

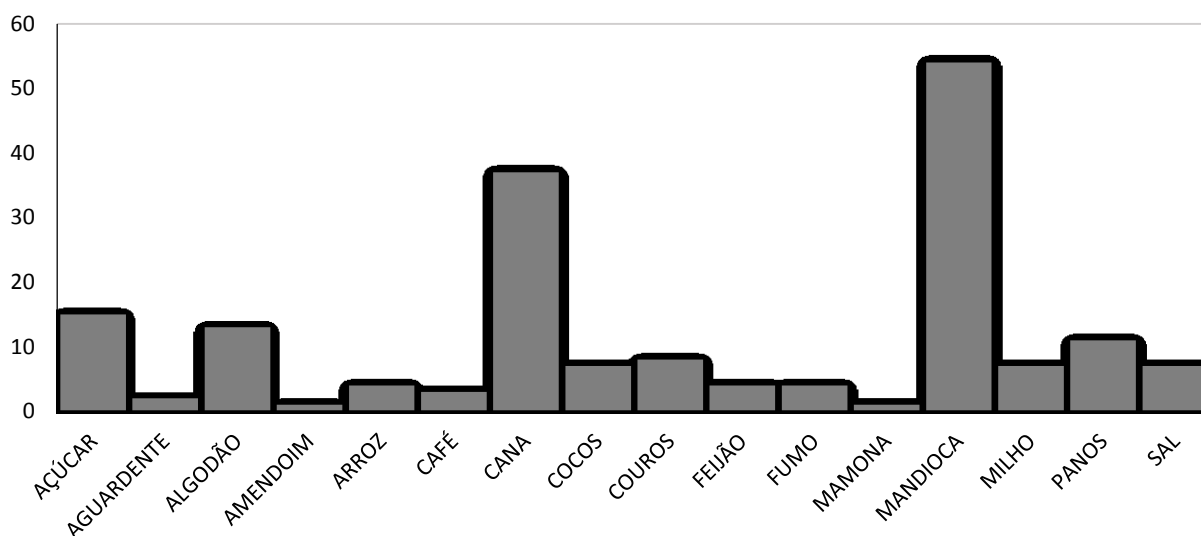
As listas de plantadores de mandioca são um excelente ponto de partida para o estudo das atividades agrárias na capitania de Sergipe. Infelizmente, suas limitações, especialmente as espaciais, são um obstáculo à construção de uma visão ampla da organização agrária de Sergipe na época da ascensão da lavoura canavieira. Assim, buscamos avançar algumas informações a partir dos inventários *post-mortem* abertos na capitania no começo do Oitocentos. Nos valem de um total de 344 documentos – que representam todos os inventários abertos na capitania entre 1800 e 1822 de que se tem notícia – salvaguardados por duas instituições, o Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE) e o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES).

A consulta dos inventários *post-mortem* do período de gênese da lavoura canavieira na então comarca de Sergipe Del Rei (1800-1822) mostra interessantes relações entre as diferentes produções econômicas regionais e o açúcar. Esse é um aspecto da evolução agrária de Sergipe que conta com dois trabalhos inescapáveis para os próximos esforços de pesquisa: a tese de Lourival Santana Santos (2011), sobre a produção do espaço agrário sergipano, e a tese de Joceneide Cunha dos Santos (2014), sobre as nações africanas em Sergipe, os quais dedicam um capítulo de seus trabalhos a mostrar a ocupação econômica do território sergipano. Fortemente baseados em documentação primária, ambos os autores mostram como o açúcar foi precedido pelo gado e pelos cultivos de subsistência. Indicam também que a cana de açúcar e os engenhos não dominaram com exclusividade a economia sergipana, pois ficaram limitados, pelas suas

necessidades ecológicas, às faixas úmidas e férteis nas bacias dos rios do leste. A diversidade da paisagem geográfica de Sergipe permitiu a interação entre diferentes sistemas agrários, como em outras áreas açucareiras, como o Recôncavo (BARICKMAN, 2003). Mas em Sergipe, as atividades de subsistência antecederam o açúcar e se desenvolveram segundo demandas anteriores, notadamente, o abastecimento da Cidade da Bahia. O enraizamento precoce de interesses mercantis na lavoura e na criação de abastecimento produziu as preocupações do governo da Bahia sobre o abastecimento de sua capital e a tentativa de manter o domínio político sobre Sergipe. Os conflitos intra-elites em Sergipe durante a crise da independência parecem estar ligados ao controle dos mercados de abastecimento, mostrando que a ascensão da economia açucareira não constituiu um polo de gravidade espontâneo ao redor do qual gravitavam as atividades de abastecimento (ANTONIO, 2012).

O registro de produção agrária nos inventários era eventual e dependia da existência, no momento da morte do proprietário, de estoques ou lavouras. O mais certo é que nem toda a produção era descrita nos documentos, apenas aquela que se destinaria à venda, pois os produtos para o consumo seriam usados pela própria unidade e não teria sentido sua partilha em inventário. Apesar da baixa citação dos artigos de produção nos processos de inventariação, algumas tendências da regionalização econômica de Sergipe no começo do XIX podem ser percebidas. As tabelas e mapas a seguir apresentam as características da estrutura agrária sergipana e sua regionalização.

Gráfico 2- Menções aos cultivos/produtos nos inventários em Sergipe Del Rei, 1800-22



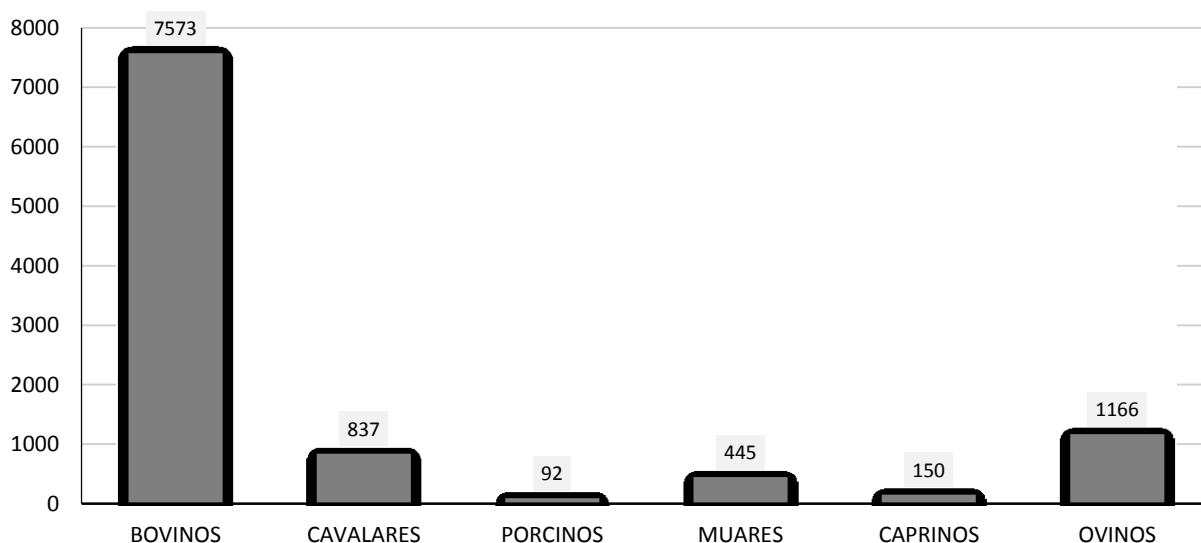
Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Os inventários de Sergipe exibem uma produção agrária bastante diversificada no começo do século XIX. A lavoura mais presente nos inventários sergipanos é a mandioca da qual a farinha era o principal subproduto. Inúmeros documentos fazem menção a “capoeiras de mandioca”, “rodas de ralar mandioca”, ou arrolavam alguns alqueires de farinha. A farinha de mandioca constituía a base da dieta colonial e estava presente “tanto na mesa dos ricos, como na dos pobres, e nas cuias e baldes que os escravos usavam à falta de pratos”. Sua importância é, pois, indiscutível. Bert J. Barickman (2003, p. 96 e 132), estudando a comercialização desse produto na Bahia, observou, que no final do período colonial, ela chegava a Salvador de quatro áreas principais: da Comarca de Porto Seguro, das vilas litorâneas ao sul da comarca de Ilhéus, das vilas ao sul do Recôncavo e de Sergipe. O transporte, segundo este historiador, era feito em saveiros, lanchas, bergantins, sumacas e chalupas que formavam uma “loja flutuante” e frequentemente vinham de longe.

A mandioca e sua farinha eram secundados pela constante menção à cana e seus derivados (açúcar e aguardente) nos inventários sergipanos. Naturalmente, havia muitos mais produtores de mandioca e farinha do que plantadores de cana e senhores de engenho: mas, relativamente, os produtores de abastecimento eram menos inventariados do que os fazendeiros do açúcar, pois muitos não acumulavam patrimônio suficiente para justificar a abertura de um inventário. Muitas fazendas de cana e engenhos também produziam mandioca e farinha, mostrando que não eram atividades excludentes.

Açúcar e farinha eram inseparáveis e, em uma passagem já famosa, o melhor e o pior cultivo da colônia – mas, respectivamente, o mais rentável e o mais necessário aos seus moradores. Porém, não resumiam a agricultura de Sergipe durante a fase de expansão iniciada no século XVIII. Outros produtos para exportação, como o algodão, o fumo, os couros e possivelmente o café, e vários de consumo interno, como o milho, o arroz, o feijão, os cocos e o amendoim, o sal e até mesmo o artesanato têxtil dividiam espaço e eram fontes de emprego para os moradores de Sergipe.

Gráfico 3- Número de cabeças de gado inventariadas em Sergipe Del Rei, 1800-22



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Quanto ao rebanho sergipano, é nítida a maior importância dos bovinos. Seus diversos empregos, conjugados à estrutura agropastoril, justifica tal superioridade: o gado *vacum* era usado tanto na alimentação quanto como força motriz nas unidades produtivas, sendo empregado principalmente nos engenhos. Assim como a mandioca e a farinha, o gado bovino estava disseminado por toda capitania e durante quatro séculos foi uma atividade constante em Sergipe Del Rei (ALMEIDA, 2013, p. 94).

A criação de outros animais nos parece bastante limitada e dificilmente alcançava mercados fora de Sergipe. A pequena produção de muares não espanta em uma região de relevo pouco acidentado e de extensa hidrografia, onde cavalos e carros de boi pelas estradas e lanças e sumacas nos rios conseguiam realizar o transporte de mercadorias. Já a pequena produção de suínos tem relação com, o que nos parece, um dilema para o pequeno produtor. Embora os porcinos fossem versáteis, baratos, dessem várias crias e produzissem muita carne e gordura, sua criação exigia fatores nem sempre disponíveis. Sendo criados extensivamente, os suínos precisam de grandes espaços para conseguir por si seu alimento. Nas áreas férteis da capitania esses grandes espaços estavam sendo tomados pela cana enquanto no sertão o alimento natural era escasso. Já a criação intensiva de suínos exigia a construção de chiqueiros e cercados, com os consequentes investimentos de recursos e trabalho, além de abundância de milho para alimentação dos animais, um pouco difundido, cuja disponibilidade deveria atender apenas ao consumo humano, sobrando pouco para a criação suína.

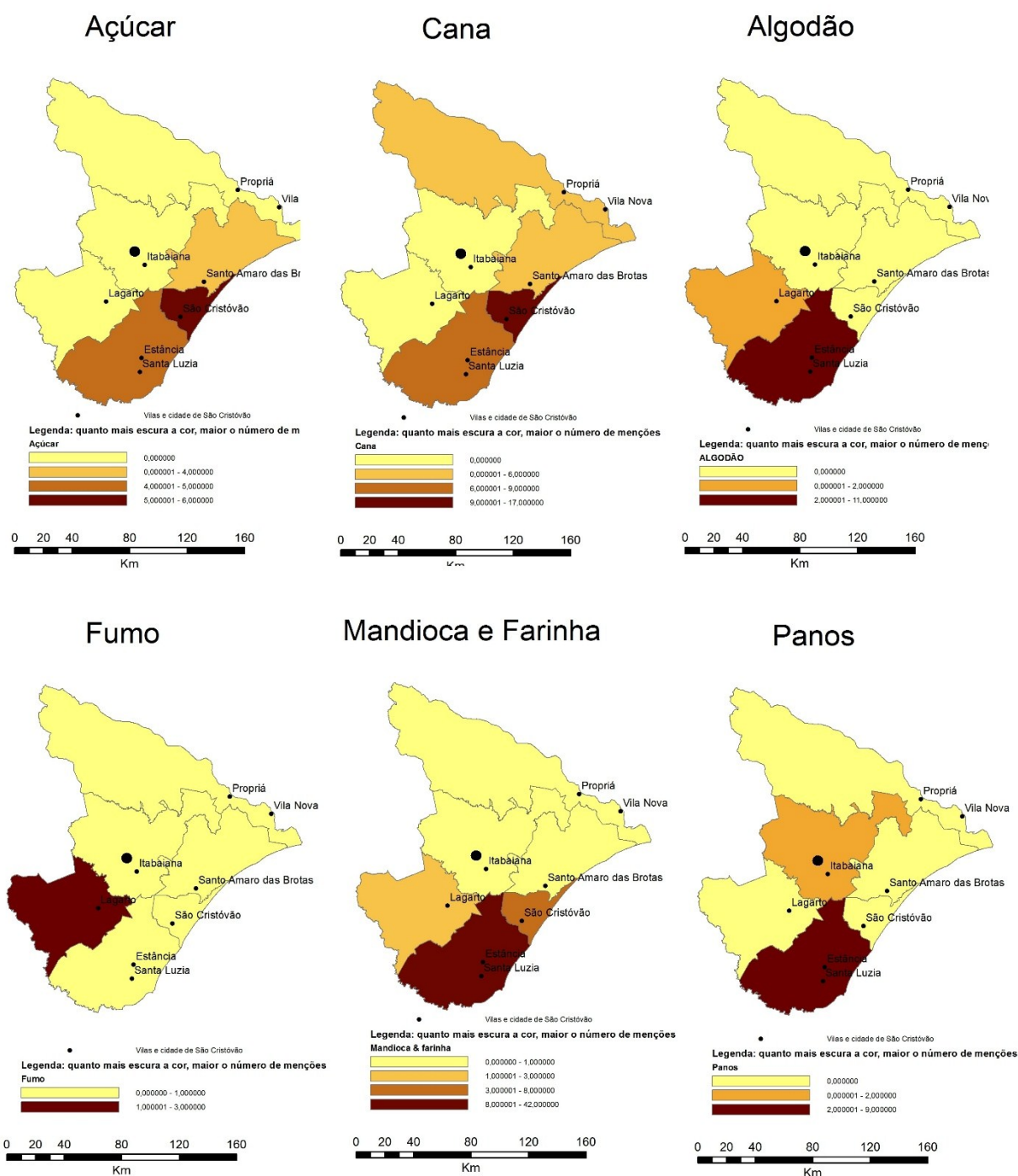
Joceneide Cunha dos Santos (2014) mostrou como, ao longo do século XVIII, a expansão da cana de açúcar engendrou uma especialização regional entre as vilas sergipanas, em um processo no qual o desenvolvimento do açúcar reduzia a produção de abastecimento na mesma região e a reforçava em outros locais onde as condições ecológicas não eram propícias para a cana. Os registros de produções agrícolas e de criações nos inventários mostram o resultado dessa regionalização do espaço sergipano no começo do século XIX e permitiram a construção da sequência de mapas que apresentamos a seguir.

Como os mapas mostram, a região de Estância e Santa Luzia era a maior produtora de mandioca e farinha da capitania, seguida de São Cristóvão e Lagarto, conquanto a raiz ela estava presente em todo o Sergipe Del Rei, ainda que em pequenas quantidades. Não por acaso, vários inventários da região de Estância e Santa Luzia, rica em caminhos fluviais, arrolavam embarcações, as quais, provavelmente, transportavam uma parte considerável da produção de farinha. Barickman (2003, p. 146) cita, inclusive, uma série de correspondências das autoridades do período reclamando das dificuldades enfrentadas pelo plantio da mandioca ao norte do Rio Real. Em 1817, por exemplo, elas denunciavam que achavam-se “esgotadas as reservas de farinha na vila produtora de mandioca de Estância”. Reclamações desse tipo aparecem com frequência na primeira metade do século XIX, contíguas à expansão da cana, indicando que uma parte maior da produção de farinha estava sendo direcionada para o consumo interno.

É também na região de Estância e Santa Luzia que se concentra a produção de algodão, e seu processamento. A lavoura algodoeira era basicamente uma cultura de exportação. Os inventos no setor têxtil que marcaram o início da Revolução Industrial na Europa, em meados do século XVIII, valorizam o algodão enquanto matéria-prima, crescendo em grande escala sua demanda. Planta de escassa exigência e de cultivo pouco dispendioso, a não ser na época da colheita dos frutos, o algodão logo se espalhou pelo nordeste brasileiro. Em Sergipe, as autoridades metropolitanas, que vinham tomando uma série de medidas econômicas buscando o desenvolvimento português, enviaram à Câmara de São Cristóvão, em 1779, ordem para dar início à cultura do algodão na capitania. No entanto, após 1820, o algodão brasileiro deixou de encontrar um mercado receptivo na Europa, devido ao aumento das exportações dos Estados Unidos e, em menor medida, do Egito (NUNES, 1989, p. 165).

O fumo, outra cultura de exportação, apresentava-se pouco comum em quase todas as regiões da capitania, exceto Lagarto. Segundo Maria Thetis Nunes (1989, p. 149), a lavoura fumageira havia sido a principal de Sergipe, na segunda metade do século XVIII, mas, nas primeiras décadas do século XIX, o cultivo era pouco mencionado nos inventários.

Figura 1 - Distribuição regional das produções inventariadas em Sergipe Del Rei, 1800 a 1822.

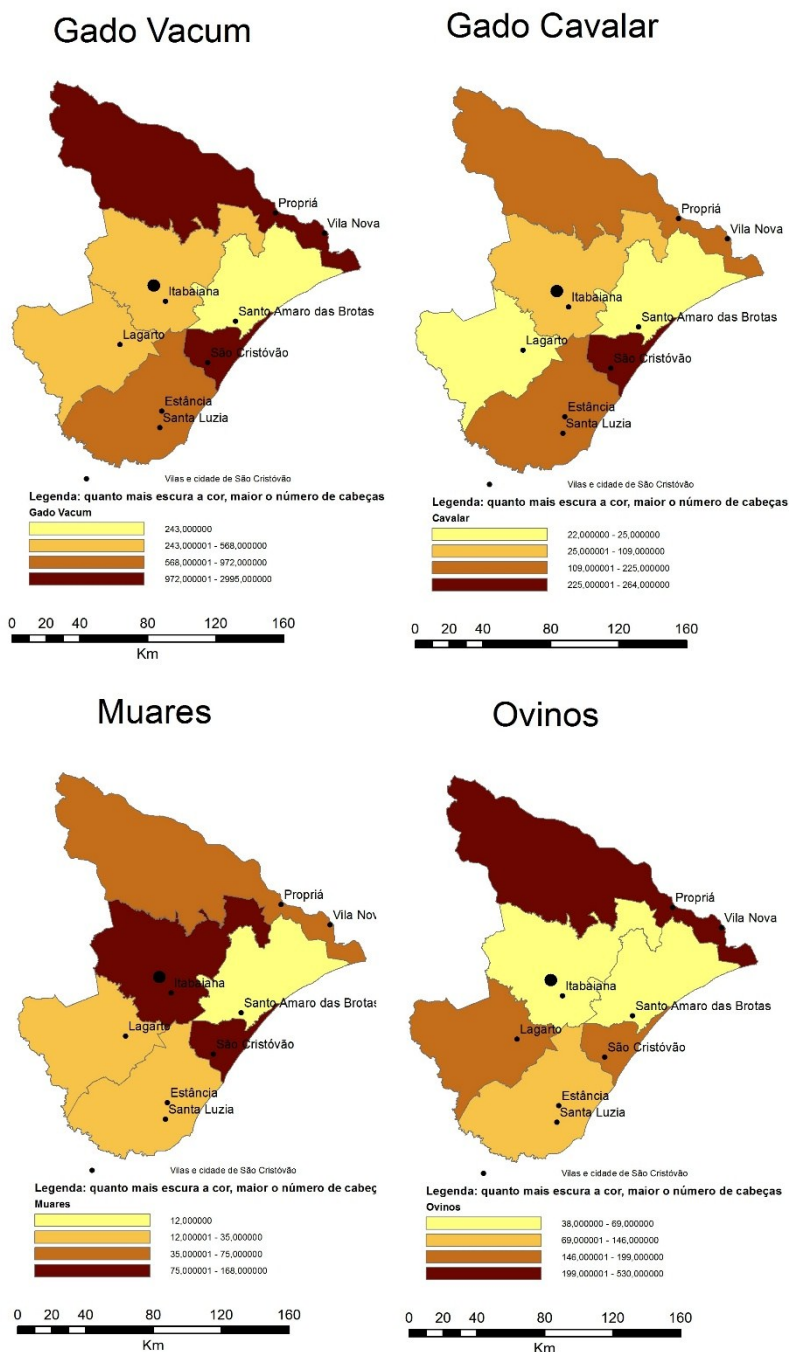


Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

O açúcar, que no período de nossa amostragem experimentava uma fase de amplo crescimento, aparece de forma muito mais restrita. Nenhuma unidade produtiva do gênero foi encontrada para as regiões de Itabaiana, Lagarto, Propriá e Vila Nova. Todas as unidades estavam localizadas na faixa litorânea da capitania, próximas aos caminhos fluviais, por onde certamente era escoada a produção, comercializada pelo porto de Salvador. Embora no XIX

serão mencionados engenhos no interior da província (PASSOS SUBRINHO, 2002), as bacias dos rios Cotinguiba, Vaza Barris e Piauí, todas no litoral, eram as zonas ecológicas principais para o cultivo da cana e o assentamento de engenhos.

Figura 2- Distribuição regional do rebanho inventariado em Sergipe Del Rei, 1800 a 1822.



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Em relação ao gado, a região próxima de Propriá e Vila Nova, junto à de São Cristóvão apresentam as maiores cifras. Na área do Vaza Barris, onde se localizava a capital, havia a

concentração do maior número de engenhos da capitania no período que nos ocupa, o que explica o notável rebanho bovino usado para mover suas fábricas. Já o sertão, ainda que submetido a frequentes e prejudiciais estiagens, oferecia boas condições para a criação de gado e ainda existia a possibilidade de migração para regiões com maior oferta de água, em caso de seca. Vale lembrar que um dos nomes do Rio São Francisco é Rio dos Currais, por conta da elevada presença de rebanhos ao longo de seu percurso.

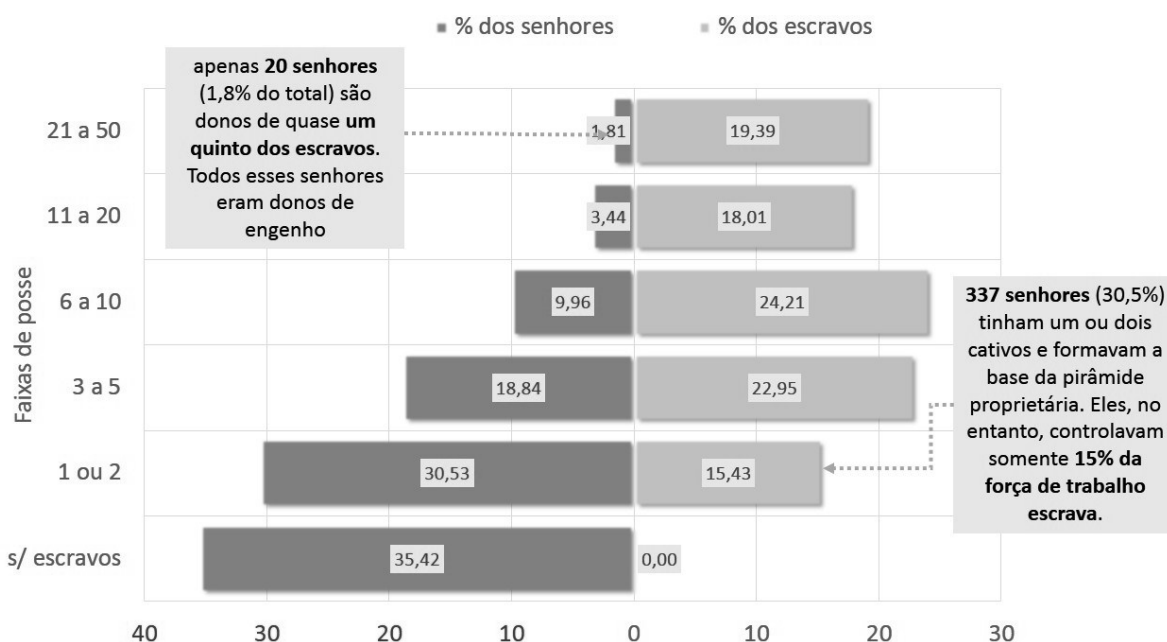
É também no sertão onde se concentrava o maior número de ovinos. Estes são famosos por sua fácil adaptação ao clima semiárido e a vegetação de caatinga. Mas eles se fazem presentes em todas as regiões. As mulas, usadas basicamente para percorrer longas distâncias, no transporte de pessoas e mercadorias, são encontradas em grande quantidade ao redor do Rio São Francisco, na região de Itabaiana e na de São Cristóvão. Na condição de centro administrativo da capitania, é natural que a Cidade de Sergipe Del Rei necessitasse desse tipo de rebanho. Já as regiões do São Francisco e do Agreste de Itabaiana, têm uma coisa em comum: estão afastadas “das estradas fluviais” que faziam o transporte de mercadorias, através de pequenas embarcações (NUNES, 1989, p. 169-170). O gado cavalariço, por sua vez, era uma criação com tom aristocrático. Ele não era usado para o transporte, de pessoas ou de mercadorias, mas como um item pessoal. Por esse motivo, é bastante significativo que São Cristóvão concentrasse a maior porção do rebanho: na condição de capital, era o lugar onde residiam os homens bons da administração colonial que buscavam se distinguir no espaço público por andar montados (PEREIRA DOS SANTOS, 2017).

A distribuição e uso do trabalho escravo em Sergipe

Há algum tempo os estudiosos sabem que a grande maioria dos proprietários de escravos no Brasil tinham posses pequenas, sendo a estrutura da posse de escravos era caracterizada pela presença de muitas posses com poucos escravos. Na maior parte das regiões escravistas brasileiras, e com destaque naquelas dedicadas à produção de abastecimento, predominavam os senhores de até cinco cativos. Nas áreas de agroexportação o cenário se invertia, mas, mesmo assim, escravarias muito grandes, com mais de 50 escravos eram raras (SCHWARTZ, 1983, p. 256-287). Sergipe não discrepava dos padrões brasileiros. As listas de plantadores de mandioca de 1783-85 e os inventários de 1800-22 mostram que senhores de 1 a 5 cativos eram mais da metade daqueles que deixaram registros, embora, no conjunto, essa multidão de pequenos senhores não detivesse a maioria dos cativos. Na outra ponta da distribuição, donos de mais do que vinte escravos eram entre 5% e 6% dos escravistas, mas controlavam mais de um terço de

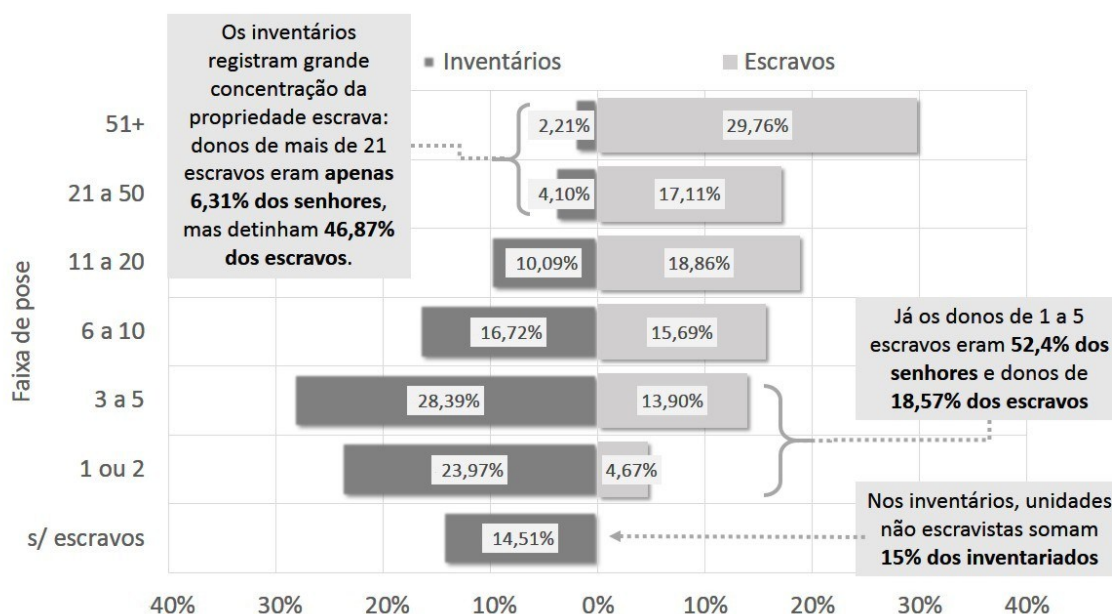
toda a mão de obra escravizada (em torno de 37%). Entre esses extremos, uma apreciável camada de donos de 6 a 10 e de 11 a 20 cativos equilibrava a pirâmide de distribuição da posse escrava conferindo-lhe um aspecto mais abaulado, isto é, cheio no centro.

Gráfico 4- Distribuição dos escravos nas listas de plantadores de mandioca de 1785-86 de Sergipe



Fonte: Listas dos Plantadores de Mandioca (Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonial, Maços 191, Doc. 14 e 192, Doc. 15)

Gráfico 5- Distribuição dos escravos inventariados em Sergipe Del Rei, 1800 a 1822



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

As mudanças entre os dois gráficos, provavelmente, expressam mais diferenças entre os universos abarcados pelas fontes do que transformações sensíveis na estrutura de posse de escravos em Sergipe, que devia ser, como ambos os gráficos sugerem, formada por uma camada significativa de senhores de escravos de posses pequenas e médias, mas com a concentração do trabalhador nas mãos dos maiores proprietários. As listas de plantadores do século XVIII cobrem proprietários vivos e têm melhor representação, apesar de que escravistas não envolvidos com a agricultura, como artesãos, comerciantes, donos de embarcações etc., possivelmente não foram contemplados. Já os inventários cobrem universalmente todas as ocupações, mas subregistram aqueles que têm pouca riqueza, e que por isso seus herdeiros julgavam desnecessário realizar um inventário.

As possibilidades de acesso ao trabalho escravo variavam de acordo com múltiplos fatores: as possibilidades de participação no tráfico, o fornecimento de crédito, o ponto de partida da riqueza do senhor e a rentabilidade esperada da atividade econômica a que os senhores se empregavam. Segundo Francisco V. Luna e Herbert S. Klein (2010, p. 81 e ss.), havia escravos para quase toda atividade produtiva no Brasil em um mercado dinâmico e abrangente de mão de obra cativa no país. Em Sergipe, os senhores do açúcar eram muito mais ricos do que os demais proprietários inventariados no nosso período e dependiam, em média, bem mais do trabalho escravo. Os 22 proprietários de engenhos inventariados entre 1800 e 1822 tinham em média 44 cativos e um monte-mor de 15 contos de réis, quase o quadruplo da escravaria média dos criadores de gado e cerca de 8 vezes sua riqueza.

Tabela 2- Escravaria e Riqueza média de proprietários em Sergipe del Rei, 1800 - 1822, segundo o tipo de atividade produtiva

	Casos observados	Número médio de escravos	Riqueza média inventariada*
Senhores de Engenho	22	44	15.413.639
Criadores de gado	31	12	1.904.304
Produtores de farinha e plantadores de mandioca	94	6,9	979.084

* valores nominais em mil-réis

Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

O número médio de escravos possuídos pelos senhores de engenho, no entanto, requer algumas explicações. Os 22 senhores de engenho que tiveram os bens inventariados possuíam, em conjunto 29 engenhos, sendo que um deles possuía três engenhos e outros 4 tinham duas dessas unidades. Além disso, 11 desses senhores também criavam gado e plantavam mandioca. Sete deles desenvolviam outras atividades produtivas, como cultivo de algodão, e tinham equipamentos para artesanato, como teares e rodas de fiar. Dessa maneira, as propriedades de

pelo menos a metade dos senhores de engenho inventariados eram bastante diversificadas, o que significa que os seus escravos não eram integralmente empregados na produção de açúcar. Na prática, os engenhos deveriam ser operados por menos trabalhadores do que as cifras da Tabela 2 sugere, sendo o caso de Sergipe, talvez, mais ajustado ao que as listas de plantadores mostram: um número médio de 30 escravos por engenho.

O número de escravos nos engenhos sergipanos preocupou parte da historiografia que, talvez pensando nas plantations do Caribe, ou superestimando os engenhos da Bahia, classificavam as unidades sergipanas como pequenas (MOTT, 1985; NUNES, 1989; ALMEIDA, 1993). No entanto, Josué Modesto dos Passos Subrinho (2000, p. 95), através de amplo levantamento do uso de escravos em diversas regiões da América Portuguesa, demonstrou que os engenhos sergipanos eram maiores do que de outras regiões de açúcar tardio e equiparavam-se com as médias do Recôncavo baiano.

O uso de escravos nas fazendas de gado é mais alto do que o esperado, dada a natureza extensiva dessa atividade. O patrimônio dos criadores, o segundo grupo na hierarquia de riqueza na região, era em boa parte investido em escravos, o que nos sugere que as possibilidades de obtenção de mão de obra livre para a pecuária no sertão sergipano talvez fossem limitadas.

Já o uso de trabalho escravo pelos plantadores de mandioca e produtores de farinha, embora seus patrimônios fossem bastante pequenos, não era nada desprezível. A aquisição de escravos por produtores de gêneros alimentares mostra que a demanda por esses artigos criava um mercado interno importante.

Escravos em Sergipe, 1800-1822

Em seu século inicial, a atividade açucareira usou predominantemente o trabalho indígena. Mas, devido a circunstâncias diversas, entre as quais se incluem o choque epidemiológico da conquista que dizimou boa parte da população indígena, as limitações políticas de escravização do índio e a preexistência do tráfico negreiro português, a produção de açúcar consolidou-se sobre a escravidão africana. A organização do trabalho nos engenhos sergipanos não fugiu à regra colonial e o escravo negro foi predominante. Sabe-se que entre as décadas de 1750 e 1790 o tráfico de africanos para o Brasil passava por uma fase de crise, uma vez que a demanda de novas “peças” em outras regiões americanas aumentava o preço do cativo, enquanto os senhores do açúcar no Brasil viam o preço internacional do seu produto cair. Esse momento apresentou dificuldades para a renovação das escravarias via o tráfico. Já a partir dos

anos 1790 a situação mudou com a crise dos produtores concorrentes do açúcar brasileiro no exterior, o que teve a dupla consequência de elevar o valor das exportações brasileiras e reduzir a competição por mão de obra escrava. O tráfico revigorou-se e os africanos fluíam para as lavouras locais.⁴ O quanto o tráfico influenciou sobre a montagem da lavoura canavieira em Sergipe pode revelar aspectos econômicos e sociais bastante importantes. A presença de escravos africanos sugere a força econômica dos primeiros senhores, capazes de montar seus planteis com peças adquiridas diretamente do tráfico, isto é, do mercado, e, portanto, com acesso a uma considerável poupança ou ao crédito. Do ponto de vista dos escravos, planteis africanos significam um desequilíbrio no número de homens e mulheres – dado o caráter marcadamente masculino dos escravos trazidos pelo tráfico atlântico – o que dificultava a formação de laços conjugais e a reprodução. Significariam também um cotidiano compartilhado por pessoas das mais diversas etnias africanas, algumas hostis em suas terras natais. Escravarias nativas, por sua vez, apontam para a possibilidade de reprodução interna da mão de obra, independente do tráfico de africanos. Para os senhores, significaria um afastamento do mercado, sobretudo, uma proteção contra o endividamento; para os escravos, planteis nativos eram mais equilibrados nos números de homens e mulheres, mais propícios para a formação de famílias e para a organização de uma comunidade.⁵

As fontes que vimos usando, os “Mapas de Plantadores de Mandioca...” e os inventários *post-mortem*, contribuem com indicações importantes sobre essas questões. Apenas a lista de plantadores que contempla a região da Ribeira do Vaza Barris descreve os escravos de serviço utilizados. Nela, há informação sobre 820 “escravos de serviço” com origem e sexo informados. Em relação à origem, os dados mostram que 66% dos escravos de serviço da Ribeira do Vaza Barris eram nativos da América Portuguesa, enquanto 34% eram africanos. Em relação ao sexo, a forte presença de nativos produz uma relativa igualdade, com 55,5% de homens e 45,5% de mulheres. As razões de sexo auferidas foram de 114,62 para os escravos nativos e 146,42 para os africanos.

Passando para os registros de escravos nos inventários *post mortem* do começo do século XIX, pudemos levantar as informações sobre 2.665 escravos, sendo que 1.409 deles (52,9%) eram homens, 1.193 (44,8%) mulheres e para 63 casos (2,4%) não foi possível identificar o sexo. As razões de sexo averiguadas para os escravos descritos nos inventários indicam acentuado

⁴ A cronologia do tráfico, em suas linhas gerais, pode ser acompanhada em VERGER (1987) e, para as capitânicas do sul, FLORENTINO (1997). Informações detalhadas do tráfico podem ser consultadas através do projeto de ELTIS, et al. “Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database.” Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org>>.

⁵ Há uma bibliografia muito extensa que trata dos efeitos do tráfico na comunidade escrava. Para dois exemplos, consultar FLORENTINO & GOÉS (1997) e SOARES (2009).

equilíbrio entre os nativos, descrevendo uma razão de sexo de 102,69 homens para cada cem mulheres, e o costumeiro desequilíbrio em favor dos homens entre os africanos, com uma razão de sexo de 193,43.

As informações dos inventários ainda nos permitem conhecer a estrutura etária e os preços dos escravos. Em relação à idade, há um número apreciável de omissão (quase 40%) e muitos casos em que a indicação não é precisa (o escrivão usa a expressão “aparenta mais ou menos tantos anos”) ou é só apontada por grande grupo etário (ex. “crioulinho”, “mesticinho”, “moço”, “já velho” etc.). Aproveitando todas as indicações etárias apresentadas pela fonte, elaboramos a tabela a seguir.

Tabela 3 - Distribuição dos escravos inventariados em Sergipe, 1800 a 1822, por grandes grupos etários

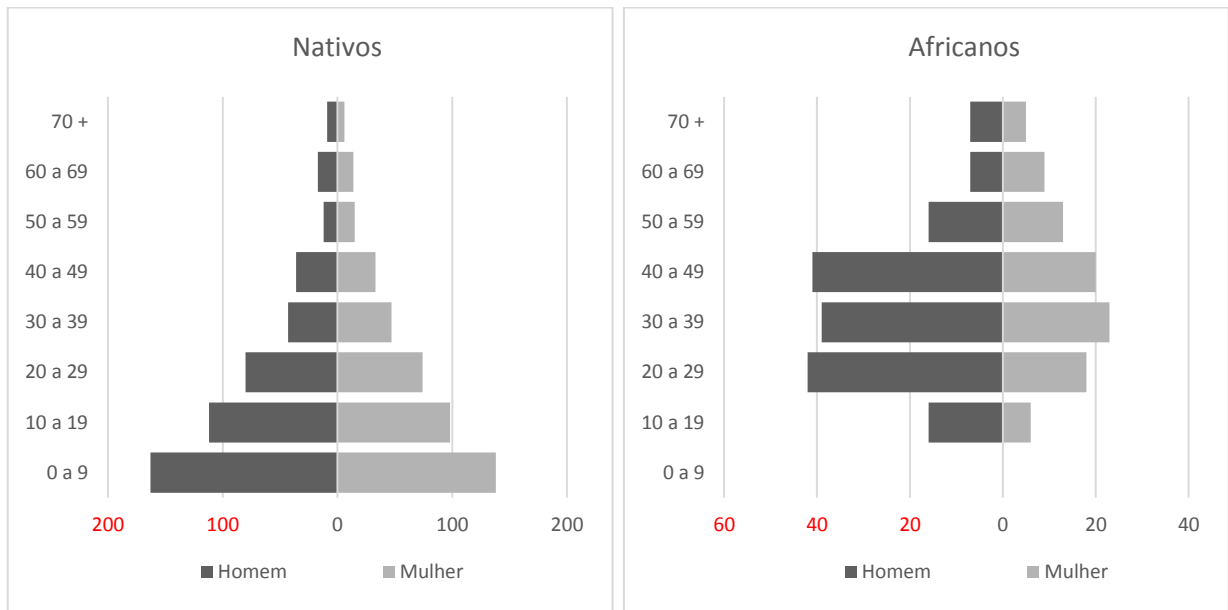
Grupo Etário	N	%	% dos casos conhecidos
criança (0-13 anos)	602	22,60	36,96
jovem/adulto (14 a 49 anos)	781	29,30	47,94
idoso (> 50 anos)	246	9,20	15,10
s/inf.	1036	38,90	
Total	2665	100	

Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

A maior concentração de escravos nos grupos de idade laboral – a ampla faixa entre 14 e 49 anos de idade – comprova que o vínculo entre idade do cativo e força produtiva era essencial para obtenção e composição da estrutura etária das propriedades escravocratas. Em seguida, aparece a faixa etária entre 0 e 13 anos, assumindo porcentagem apreciável perante o grupo produtivo. Juntando o relativo equilíbrio sexual a essa alta proporção de crianças, temos um cenário que sugere importância da reprodução interna para a manutenção das escravarias em Sergipe.

Embora os inventários apresentem alto grau de omissão, com as idades dos escravos descritos, pudemos elaborar as pirâmides de população a seguir, em que nota-se como as possibilidades de reprodução interna configuram uma pirâmide populacional clássica entre os escravos nativos, com base larga e topo estreito. Já entre os africanos, a ação do tráfico é responsável por uma pirâmide com as idades produtivas mais pronunciadas e de maioria masculina.

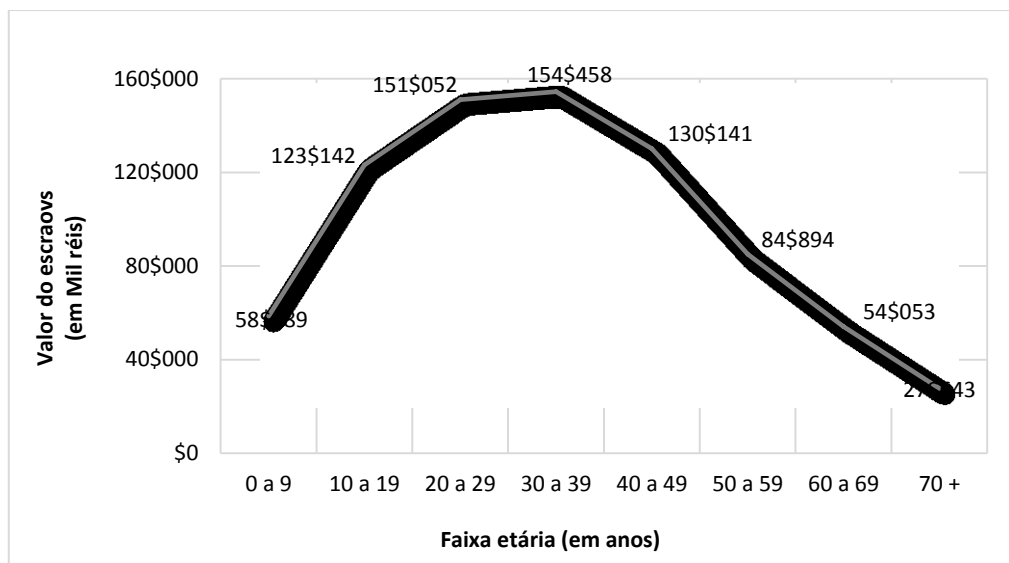
Gráfico 6- Pirâmides etárias dos escravos inventariados em Sergipe, 1800 a 1822, segundo a origem



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Em relação aos preços, notamos que homens e mulheres cativos têm pequenas diferenças, se tomados indivíduos em suas idades produtivas (jovens e adultos entre 13 e 49 anos). O preço médio do escravo adulto e masculino nos inventários era de 130\$694 rs, enquanto uma cativa era avaliada, em média, em 122\$663 rs. Em relação à origem, a média de preços variava pouco entre cativos nativos da América e africanos: os africanos adultos eram avaliados em 125\$552 rs, enquanto os nativos receberam a avaliação média de 128\$139 rs. O fator preponderante para as diferenças de valor era a idade, conforme mostra o gráfico a seguir.

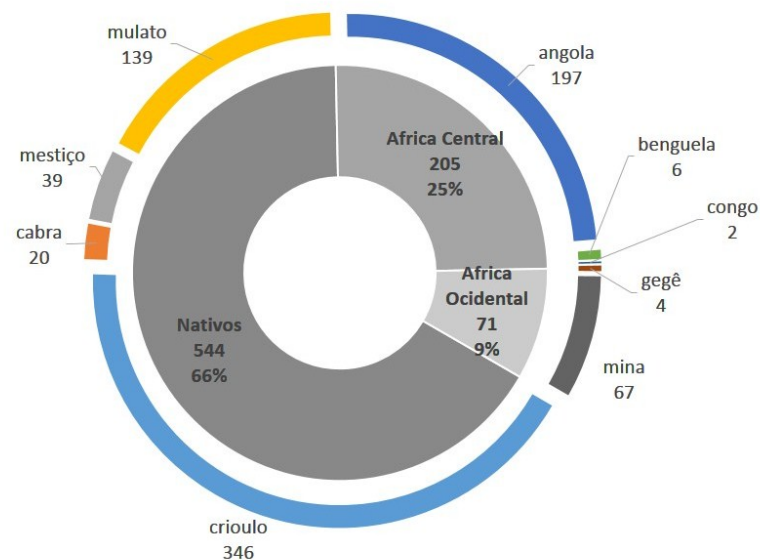
Gráfico 7- Valor médio dos escravos inventariados em Sergipe, 1800 a 1825, por faixa etária



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

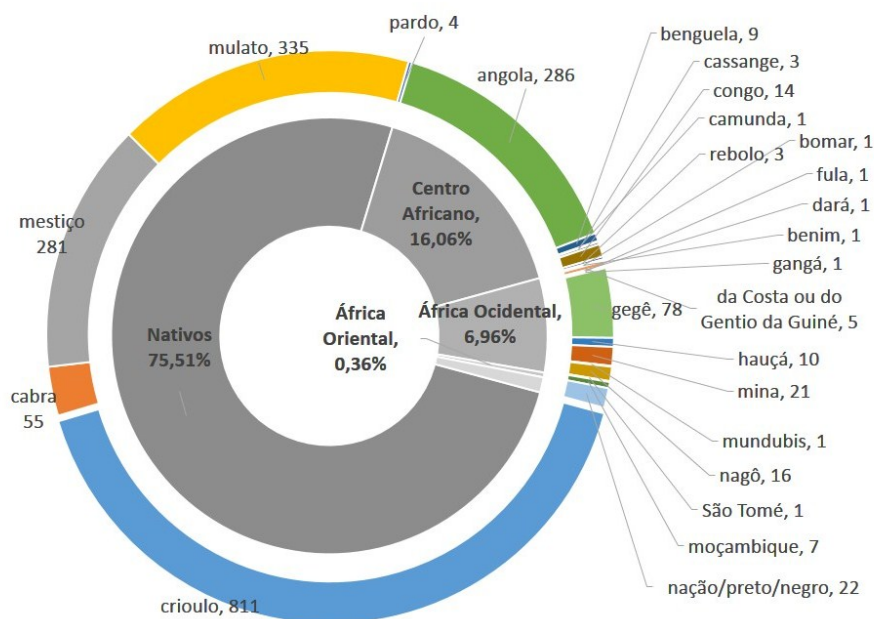
Em termos de origem, fazendo a ressalva de que os inventários têm um nível significativo de omissão dessa informação, designações de escravos nativos aparecem em ampla maioria. Na lista de plantadores da Ribeira do Vaza Barris, dos 820 indivíduos descritos, 544 (66,4%) apresentam designações de grupos nativos do Brasil. Os inventários *post-mortem* reportam um número muito superior de indivíduos e um rol de designações bem mais vasto, apesar de que cerca de um quinto (22%) dos 2.665 escravos listados não receberam nenhuma designação de origem.

Gráfico 8 - Designativos de cor e procedência dos escravos na Ribeira do Vaza Barris, Sergipe 1783-85



Fonte: Listas dos Plantadores de Mandioca (Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonial, Maços 191, Doc. 14 e 192, Doc. 15)

Gráfico 9 - Designativos dos escravos arrolados nos inventários post-mortem de Sergipe del Rei, 1800-22.



Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Escravos nascidos no Brasil eram ampla maioria nos dois momentos e reforçam a impressão de que a reprodução interna supriu parte das necessidades de trabalho dos senhores sergipanos. Embora os africanos não tenham deixado de ter presença nas escravarias sergipanas – sendo um terço dos registrados em 1783-85 e um quarto dos listados nos inventários de 1800-22 –, eram seus filhos e descendentes que tinham maior participação.

Não há alteração significativa na composição do grupo de escravos nativos, salvo a presença de escravos pardos, registrados nos inventários de 1800-22. No entanto, a variedade de designações atribuídas aos escravos nascidos no Brasil levanta o problema da mestiçagem e da crioulização. Segundo Hebe Mattos (2004) e Sheila Faria (1998), o termo “crioulo” não seria empregado além da primeira geração dos filhos de africanas no Brasil, preponderante no meio historiográfico brasileiro. Porém, Douglas Cole Libby (2010) demonstra, através dos registros paroquiais das Minas Setecentista, que o designativo “crioulo” corresponde a negros nascidos no Brasil, filhos de nativos, africanos ou ambos, não importando a geração. O termo mestiço, de origem latina, foi amplamente empregado no Mundo Novo para especificar descendentes de ibéricos e indígenas, mas no decorrer do tempo o termo contemplou todos os filhos de uniões mistas (PAIVA, 2015, p. 181). Outro termo empregado nesses processos de mestiçagens foi o de cabra que, segundo Eduardo França Paiva (2015, p. 205), foi muito utilizado no Brasil no século XVIII para designar mestiços com descendência de africanos e indígenas. Já para Libby (2010), referindo-se ao século XVIII e às primeiras décadas do século XIX nas Minas, o qualificativo

“cabra” seria designado aos indivíduos gerados de origens de um pardo e/ou mulato com crioulo e/ou africano.

Já os significados das nomenclaturas dadas aos escravos africanos, são muito variadas e podiam ser relativas à percepção de reconhecimento coletivo construído, simultaneamente, pelas potências ultramarinas europeias no seu processo de conhecimento do litoral africano dos séculos XVI ao XIX, como também por questões geográficas como pontos de venda e embarque do contingente populacional escravizado. No entanto, embora sejam designações impostas pela dinâmica do tráfico atlântico, havia a possibilidade de os sujeitos usarem essas identidades como recurso de organização coletiva no sistema escravista (PARÉS, 2013, p. 23-26). Os inventários trazem muito mais designações de origem do que as listas de plantadores, indicando que o fortalecimento do tráfico no começo do XIX tornou as escravarias sergipanas etnicamente mais diversificadas. As mudanças em relação à proveniência dos africanos mostram as transformações nas conjunturas do tráfico na costa africana.

Ao longo de todo o período, a maioria dos cativos africanos vinham da África Central e eram designados de angolas. Segundo Sweet (2007, p. 32), as batalhas travadas entre portugueses e o Ndongo, entre 1579-1580, abriram as primeiras ondas de saída de cativos “angolas”. Esses escravos eram enviados comumente de Luanda e barracões próximos ou de Ambriz para o norte, em especial na década de 1840 com a pressão de frotas navais inglesas. Do sul de Angola temos os “benguela”, que possuíam tal qualificação por conta do porto, de mesmo nome, ao qual eram embarcados. Etnicamente esses indivíduos em sua maior arte eram povos “ovimbundos” pertencentes ao planalto Sul de Angola. Os “cassanje”, por sua vez, eram os indivíduos trazidos da região de mesmo nome que fazia fronteira com o rio Kuanza, local que possuía um importante entreposto para o tráfico entre o interior de Angola e Luanda. Por ser um lugar de intenso comércio escravista, é provável também que o termo “cassanje” aglutine diversas populações, como os “lunda-tchokwe”, povos que possuíam diferenças linguísticas dos falantes quibundos encontrados na costa (KARASCH, 2000, p. 56). Segundo, Mary C. Karasch (2000), os “congo” eram advindos da grande rede comercial do rio Zaire e, entre 1665 e 1718, alimentaram as fileiras de exportação de escravos por conta de guerras civis. Outros grupos também exportados dessa mesma região eram agregados a este termo, como os “bacongos” vindos do Norte de Angola e Sul do Zaire (atual República Democrática do Congo). Por motivo de imprecisão, os designados “congos” podiam receber em apêndices o termo “congo norte”, que por sua vez também representava os “cabinda” escravizados ao Norte do rio Zaire, no séc. XIX.

Da África Oriental, temos os sete cativos “moçambiques” que, como outras designações apresentadas acima, receberam o nome do porto de embarque. Por ser uma das últimas regiões a entrar no tráfico atlântico, e por causa das longas viagens para o Brasil, os moçambiques foram, em geral, poucos, salvo nas imediações do porto do Rio de Janeiro, o principal lugar de desembarque deles (KARASCH, 2000, p. 50-56).

Em relação a África Ocidental, a grande mudança em relação aos cativos vindos dessa grande região é que nas fontes de 1780 havia predomínio dos minas, enquanto no século XIX aparecem novas designações e a prevalência dos gêges. Segundo Luis Nicolau Parés (2013, p. 25), o termo “mina” no princípio do seu uso detinha a definição ligada a cativos embarcados no Forte de São Jorge da Mina, no séc. XVI, que estava localizado na Costa do Ouro, atual Gana. Desta mesma localidade também vinham os indivíduos intitulados “da costa” ou “gentio da guiné”. Este último termo, no decorrer do tempo, ampliou seu domínio semântico até quase se transformar em sinônimo de africano. Os cativos “benim”, termo que não aparece nas listas de plantadores de mandioca e designa poucos indivíduos registrados nos inventários, muitas vezes eram genericamente designados pelo termo “mina”, outras vezes singularizados pelo seu porto de embarque na baía do Benim, pertencente ao reino do Daomé (KARASCH, 2000). Já os “gêge” foram um grupo étnico minoritário entre o daomeanos, estabelecidos provavelmente na região onde se encontra a atual cidade de Porto Novo. Devido às dinâmicas impostas pelo tráfico de escravos, foram incluídos uma diversidade de grupos étnicos da área “gbe-falante” a esta terminologia. O gêge aparecem como uma das principais nações africanas em Sergipe no século XIX.

Nos inventários do século XIX também se registram em Sergipe a presença de étnias africanas ligadas ao Islã. Por conta do início de uma Jihad (guerra islâmica) do Xequê Usuman dan Fodio contra o rei Yunfa de Gorbir, os entrepostos negreiros da baía do Benim receberam um enorme contingente de cativos de guerra de ambos os lados (REIS, 1988, p. 111). Os fula (ou fulani) aparecem com essa designação, mas em alguns registros poderiam estar adicionados aos mina pelo seu compartilhamento da religião islâmica e dos portos de embarque (KARASCH, 2000, p. 64-65).

A capitania/província de Sergipe nunca possuiu um porto atlântico que lhe permitisse o comércio direto com a costa da África. Assim, todo o seu abastecimento de escravos novos era feito, em sua maior e mais bem conhecida parcela, via porto de Salvador. Da Cidade da Bahia, os africanos escravizados subiam por cabotagem até o litoral entrecortado de rios de Sergipe e, através dos estuários naturais, eram encaminhados para as vilas do interior. A viagem por terra

também eram factível, embora fosse mais custosa e demorada. Antes que africanos escravizados chegassem à Sergipe, tinham de passar pelos pregões do mercado negreiro de Salvador e serem transportados por uma longa distância. Os produtores sergipanos de açúcar competiam com os muitos e mais ricos senhores de engenho Recôncavo da Bahia pela mão de obra africana e tinham um custo mais elevado por unidade adquirida. Não surpreende, portanto, que, embora o tráfico atlântico marcasse claramente as escravarias sergipanas, ele não foi responsável por mais do que um terço dos trabalhadores cativos.

Qualquer análise sobre a cultura afrosergipana deve levar em conta o contexto de alta criouliização da população escrava local. O alto equilíbrio sexual e etário da população escrava sugere níveis apreciáveis de reprodução interna. Mas, até onde pudemos avaliar, a chegada de africanos foi constante na história do açúcar em Sergipe. Os recém-chegados, no entanto, se traziam consigo um fluxo renovador das diferentes culturas africanas, acabavam se integrando a comunidades de nativos mais vastas e estabelecidas. As consequências dessa constatação para a história da cultura afro-brasileira ainda não foram avaliadas em profundidade e o caso de Sergipe, nos parece, é profícuo.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, SEPLAN, 1993.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro - Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA DOS SANTOS, Joceneide. **Vivências dos africanos nas terras sergipanas (1790-1850)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2014.

ELTIS, David.; et al. "Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database." Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org>>.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro séculos XVIII a XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo & GOÉS, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João L. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial. In: FRAGOSO, João Luís e outros. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGINALS, Manuel Moreno. **O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano**, São Paulo: HUCITEC - UNESP, 1988.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 3ª Edição. São Cristóvão, SE/ Aracaju, SE: Editora UFS/ IHGSE, 2013.

GODOY, Marcelo Magalhães. Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX. **História econômica & História de empresas**. Ano X, nº. 02, 2007, p. 7-62.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

LIBBY, D. C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, E. F.; IVO, I. P.; MARTINS, I. C. (Org.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 41-62.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Império**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé, história e ritual da nação gêge na Bahia**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro: Sergipe 1850-1930**. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PEREIRA DOS SANTOS, Anderson. **Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2017.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

REIS, João José. **Rebeliões escravas no Brasil: A história dos levantes dos Malês em 1835**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

SANTANA SANTOS, Lourival. **A produção do espaço agrário sergipano: estrutura e arranjos (1850-1925)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo: Vol. 13, Nº 1, 1983, p. 256-287.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder**: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 1990.

SIQUEIRA, Luís. **Homens de mando e de guerra**: capitães mores em Sergipe del Rey / Luís Siqueira. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2016.

SWEET, James H. **Recriar África**: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

TOMICH, Dale W. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos**. São Paulo: Currupio, 1987.

Recebido em 31/ 07/ 2018

Aprovado em 21/ 10/ 2018